

Religião e Movimentos Sociais: Os evangélicos no movimento de moradia de São Paulo¹

Patrick Timmer, Universidade Estadual de Campinas

Resumo

Com o crescimento evangélico e pentecostal, especialmente entre os setores mais pobres da população, alguns autores apontam para mudanças que ocorreram nos padrões de associativismo nas periferias. Essa mudança na matriz religiosa brasileira levanta questões sobre como (ou se) isso impactou o processo de mobilização e recrutamento à participação em movimentos sociais. Ao mesmo tempo há um crescente interesse de pesquisadores de movimentos sociais pelo papel que as redes sociais e as "micro-estruturas" têm para esses processos de mobilização. Considerando o papel a religião historicamente teve no contexto de formação dos movimentos sociais no Brasil, este trabalho procura explorar meios de apreender de que forma a filiação religiosa afeta a participação dos indivíduos em movimentos sociais urbanos na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Religião e Política, Redes Sociais, Movimentos Sociais, Associativismo Religioso

Abstract

Alongside the recent growth of the evangelical and pentecostal population in Brazil, especially among the poorer sectors of the population, some authors have pointed out to changes that have occurred in the associability patterns in the suburb areas. This change in the Brazilian religious matrix has raised questions about how (or if) there was an impact towards the process of mobilization and recruitment to participation in social movements. At the same time, there has been an increasing interest among social movements theorists with the role that social networks and "micro-structures" play in those mobilization processes. Considering the historical importance of religion in the context of social movements' formation in Brazil, this paper seeks to explore means to apprehend the ways through which religious filiation affects individuals' participation in contemporary urban social movements.

Keywords: Religion and Politics; Social Networks; Social Movements; Religious Associability

¹ Trabalho apresentado no XII Simpósio da ABHR, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 07: "Periferia urbana, religião e violência."

A presente *comunicação* tem por objetivo trazer uma apresentação introdutória de uma pesquisa em andamento a respeito da presença dos evangélicos no movimento de moradia do centro de São Paulo. Dado o estágio ainda preliminar no qual esta investigação se encontra, o propósito geral deste texto será o de apresentar os contornos da discussão mais ampla e do marco teórico dentro do qual esse tema de pesquisa se inscreve, assim como de apontar para os caminhos metodológicos pelos quais se está optando para apreender o conjunto de problemas instigados por este objeto.

Dessa forma, os resultados e achados empíricos encontram-se ainda marginais ou incipientes nesta discussão. No entanto, espera-se que esse simples esforço de enquadramento do objeto dentro de um referencial teórico-metodológico, e o mero trabalho de buscar colocar em diálogo um conjunto de literaturas - que, à primeira vista, poderiam parecer encontrar-se distantes ou sem uma interlocução direta -, possa ensejar uma discussão frutífera para o campo das ciências que têm na religião um de seus eixos de análise fundamentais.

Será apresentado um esboço dos caminhos que se está propondo para apreender esse objeto, assim como alguns resultados preliminares da pesquisa. O trabalho tem caráter eminentemente exploratório, uma vez que existem ainda muitas interrogações e hipóteses abertas acerca de tais relações. Espera-se, ainda assim, que com essa pesquisa possa-se delinear um esboço de agenda de pesquisa em religião e movimentos sociais.

Diversos pesquisadores da área de movimentos sociais no Brasil reconhecem a importância que a religião teve no contexto do surgimento de movimentos sociais no Brasil no período da redemocratização. Nesse período, conhecido como *efervescência movimentalista*, o Brasil viveu uma espécie de explosão de iniciativas de movimentos populares, de organizações sociais, de associações de bairros, etc. Muitas dessas iniciativas contaram, desde seu início, com o apoio operacional - e *inspiracional* - por parte da Igreja Católica, que também durante esse período vivia um momento de deslocamento de ênfase, com uma atuação mais engajada cada vez mais perceptível; ou, explicado de outra forma, podia-se afirmar haver com um progressivo fortalecimento de setores da Igreja Católica que estavam profundamente engajados com movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais. Por meio de pastorais populares e, posteriormente, com a consolidação de um modelo (para-)eclesial que intensificou esse contato com a base, a Igreja Católica abria-se progressivamente a uma teologia e prática que assumiam o compromisso com a

transformação sócio-política do país como parte de sua missão. As Comunidades Eclesiais de Base eram, em muitas realidades, a expressão e o espaço dessa vivência de uma fé que afirmava a *opção preferencial de Deus pelos pobres* - espécie de *leitmotif*, síntese, de uma teologia razoavelmente sistematizada e que, pelas lentes da libertação política, buscava ler, tanto a Bíblia, quanto a realidade social e política, quanto o cotidiano onde estas comunidades se inseriam. Esta teologia, como forma de ler a Bíblia e o mundo, e que ficou conhecida como *teologia da libertação*, permeava e nutria a forma de trabalho das CEBS especialmente por meio de um método, o *ver-julgar-agir*, que compreendia um triplo movimento de: leitura da realidade e dos acontecimentos ao redor; julgamento dessa realidade inspirado a partir da leitura da Bíblia, com o viés da *opção preferencial*; e chamamento à ação concreta e palpável que essa *dupla leitura* instigava. Ainda, a título de menção, na fileira de acontecimentos que marcaram a composição do cenário dessa *igreja popular* estão as reuniões em torno do Concílio Vaticano II, que, com o objetivo de discutir, propor e elaborar uma concepção de missão na sociedade contemporânea, abriu-se e afirmou a necessidade de a Igreja se voltar para uma prática que levasse em conta as realidades políticas e sociais dos locais onde estivesse envolvida.

Neste contexto, portanto, o apoio da igreja a entidades e movimentos populares era algo bastante visível e importante. Havia o apoio de natureza mais logística, em que reuniões e assembleias desses movimentos e entidades eram realizadas nas dependências da Igreja, que por essa forma lhes ajudava; havia também o apoio de natureza simbólica e, em certa medida, política, em que pese, por exemplo, a presença de padres em atividades desses movimentos, ou então de posicionamentos oficiais ou semi-oficiais por parte da Igreja e/ou de seus agentes em favor dessas atividades, e de uma postura de *tomar partido* em favor dos movimentos e de defender sua causa nos fóruns e espaços onde a Igreja tinha voz; e, ainda, pode-se identificar uma forma de apoio da Igreja que estava no plano da *inspiração*, da ideologia e da conformação de identidade política. Neste último caso, trata-se de uma dimensão de produção de sentido e de organização cognitiva. Na análise de Eder Sader (1988) sobre os movimentos de trabalhadores na Grande São Paulo entre 1970 e 1980, o autor percebeu como a Igreja Católica, especialmente no contexto das comunidades eclesiais de base, encampava essa última dimensão, mais simbólica. Sader mostra como era importante, nas lutas desses trabalhadores, a existência de *matrizes discursivas*, que funcionavam algo como sínteses e ordenamento de temas de luta, e os colocavam dentro de um marco mais geral. Os

movimentos recorriam a essas matrizes discursivas - que, no argumento de Eder Sader, eram encontráveis no “cristianismo das comunidades de base”, no “marxismo de uma esquerda dispersa” e na “emergência do ‘novo sindicalismo’” (Sader, 1988, pp.141-145) - como forma de dar significado às suas ações e de encontrar uma lógica que articulava o cotidiano da população, suas lutas e participação nos movimentos sociais, com um referencial significativo mais amplo. Para Silvio Caccia Bava (1988), também, essa experiência e vivência religiosa eram produtoras, assim, de utopias para aqueles que estavam engajados em movimentos sociais - o que, para o autor, não se dava sem certas limitações, especialmente com relação às mediações subseqüentes entre a utopia e a ação concreta que, em determinados casos, estavam ausentes. De todo modo, muitas das comunidades e paróquias, em sua maioria organizadas também a partir das Comunidades Eclesiais de Base, proviam recursos e material humano para possibilitar uma série de ações, e desta forma eram importantes centros mobilizadores para inúmeros movimentos e várias iniciativas de ação coletiva, com especial importância para o contexto do fim da ditadura militar e subseqüente processo de redemocratização.

Esse período e conjunto de acontecimentos trouxe, portanto, uma rica discussão e frutíferas análises no âmbito das relações entre religião e política, também especificamente entre religião e movimentos sociais. Foram momentos e situações em que tais relações, possivelmente, eram mais evidentes, e que portanto compuseram esse contexto de fartas constatações e análises nesta direção.

Nas décadas que se seguiram a esse auge da *época de ouro* dos movimentos sociais, sensíveis transformações ocorreram no âmbito tanto do campo dos movimentos sociais - e, conseqüentemente, nas elaborações teóricas a respeito destes -, quanto no terreno da configuração do campo da religião - com contornos especiais no contexto específico das periferias. Notou-se, por exemplo, a emergência de um fenômeno social e religioso no Brasil que foi digno de atenção tanto por parte da grande mídia quanto em meio a acadêmicos e cientistas sociais: o crescimento substancial do número de pessoas que se declaram evangélicas, acompanhado também do vertiginoso crescimento das diversas denominações evangélicas, e a explosão de templos e locais de reunião que congregam fiéis dessa religião, dentro de suas diferentes ramificações, protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais (segundo tipologia em Freston, 1993).

Merece igual atenção observar como esse crescimento foi intenso também nos principais centros urbanos, com destaque àquilo a que diversos estudos já sedimentados apontam: um especial aumento dos evangélicos em contextos de periferia e de pobreza (ou, como alguns preferem colocar, *contextos de desagregação social*), nestes casos, notavelmente a presença de igrejas pentecostais e neopentecostais nestes contextos. Esta significativa mudança na matriz religiosa brasileira, na qual o próprio campo católico também se alterou bastante desde a década de 80 (Almeida, 2004), e onde houve um grande crescimento numérico dos evangélicos na população brasileira - algo que Ana Maria Doimo descreve como um “vigoroso fenômeno societal” (Doimo, 2004, p.147) -, trouxe efeitos que carecem de maior e mais profundas descrição e análise. Em suma, com o crescimento evangélico e pentecostal, especialmente entre os setores mais pobres da população, alguns desses autores têm apontado para mudanças que ocorreram nos padrões de associativismo nas periferias. Essa mudança na matriz religiosa brasileira levanta questões sobre como (ou se) isso impactou o processo de mobilização e recrutamento à participação em movimentos sociais.

Lavalle *et al.* (2006) identificam nesse novo cenário uma necessidade de que análises mais profundas sejam realizadas, e de que interpretações a respeito desse campo sejam revisitadas, tendo em vista que as intensas mudanças que parecem ter acontecido não foram acompanhadas na mesma proporção por novos estudos e abordagens:

A expansão de denominações evangélicas não-tradicionais deve ter produzido mudanças no terreno das organizações comunitárias existentes, bem como nos seus repertórios de problemas e formas de ação. Embora existam estudos acerca do papel das igrejas evangélicas na política e na formação de valores políticos nos seus fiéis, seus efeitos na vida associativa comunitária não parecem ter merecido igual atenção por parte dos sociólogos e antropólogos da religião (Lavalle *et al.*, 2006, p.19).

Tatagiba e Teixeira reforçam o entendimento de que há desafios analíticos e concretos que se colocam nesse novo contexto “É necessário considerar a importância crescente das igrejas evangélicas na reconfiguração do associativismo local. Ainda pouco sabemos acerca dos impactos da presença desse ator político nas comunidades e, particularmente, da natureza da relação que estabelecem com os movimentos sociais mais tradicionais e lideranças.” (Teixeira e Tatagiba, 2005, pp.37-38).

Tais questionamentos, ademais, são instigado pelo crescente interesse de pesquisadores de movimentos sociais pelo papel que as redes sociais e as “micro-estruturas” têm para esses processos de mobilização. Os efeitos e características dessas redes de sociabilidade - neste caso específico, as religiosas - em contextos de pobreza tem sido

discutidos por alguns autores e a partir de diversas pesquisas (Zaluar, 1985; Fernandes, 1998). Uma pergunta, no entanto, que permanece por ser melhor elucidada, é saber quais os efeitos que isso traz para o campo do estudo dos movimentos sociais. Mais especificamente, essas mudanças na matriz religiosa, com seus efeitos para o associativismo local em contextos de segmentação social, alteraram de alguma forma os padrões de envolvimento na ação coletiva?

Para pensar a relação entre esses contextos de pobreza e o associativismo, é preciso ter em mente que “qualquer indivíduo está engastado em um tecido relacional que condensa sua biografia, tanto nos aspectos construídos a partir de decisões voluntárias quanto naqueles herdados, sem qualquer relação com escolhas ou méritos” (Lavalle e Castello, 2004, p.78). Em particular, “microcontextos urbanos definidos pela segregação espacial tendem a reforçar tais formas primárias, assim como práticas associativas vinculadas a contextos locais.” (*idem*, 78). Logo, esse tecido relacional adquire especial significância nestes contextos de pobreza e segregação, uma vez que

os vínculos – de parentesco, de vizinhança, entre conterrâneos, com instituições religiosas e do Terceiro Setor – constituem redes sociais pelas quais circulam benefícios materiais (por vezes em forma de informações e contatos) afetivos (amizades, matrimônios, apoio emocional etc.) que contribuem para fomentar a integração socioeconômica dos membros daquela comunidade, atenuando a sua condição de vulnerabilidade” (Almeida e D’Andrea, 2004, p. 94).

Em sua pesquisa na favela paulistana de Paraisópolis, Almeida e D’Andrea concluíram que “nesse emaranhado de redes sociais destacam-se as de caráter religioso, que constituem o vínculo associativo de maior alcance na favela” (*idem*, p. 94). Também constataram algumas especificidades importantes dessas redes de caráter religioso, com destaque às evangélicas:

As redes evangélicas trabalham em favor da valorização de pessoas e das relações pessoais, gerando aumento de auto-estima e impulso empreendedor no indivíduo, mas também fomentam a ajuda mútua por meio de laços de confiança e fidelidade. Nos templos há circuitos de trocas que envolvem dinheiro, alimentos, utensílios, informações, recomendações de trabalho etc. A diferença dos programas sociais promovidos de fora da favela por católicos e kardecistas, trata-se de uma reciprocidade entre os próprios fiéis moradores da favela (pastores inclusive) que se pauta pelo princípio bíblico de ajudar primeiro os ‘irmãos na fé’ (os frequentadores do mesmo templo). Estes se casam majoritariamente entre si; muitos parentes se evangelizam e se tornam assim ‘irmãos de fé’; a sucessão religiosa nos templos também passa costumeiramente pela rede de parentesco. Assim, sobrepõe-se no âmbito evangélico as redes familiares e religiosas, bem como as de vizinhança e de conterrâneos. (Almeida, 2004, pp. 103,104)

Essa problemática e discussão torna-se ainda mais complexa e densa, à medida em que se acerca de outro debate, trazida do âmbito das diversas Teorias de Movimentos Sociais, a respeito da relação entre redes sociais e a mobilização para a ação coletiva, e da necessidade

de melhor esmiuçar essa questão. Dentro da Teoria da Mobilização de Recursos, o tema foi mencionado e posto como uma importante etapa da própria mobilização e como grande potencial para mobilizar indivíduos para a ação coletiva. Afirma McCarthy que “as redes de parentesco e de amizade demonstraram ser cruciais na hora de explicar o recrutamento realizado pelos movimentos, assim como a formação e surgimento de grupos de caráter local” (McCarthy, 1991, p.208). O autor entretanto reconhece que, dentro de sua abordagem, faz-se necessária a melhor compreensão desse fenômeno que compõe essa variável, que se coloca como “probabilidade de que se gere ação coletiva” (*Idem*, 1991, p.208). Ainda, coloca que esses *contextos de micromobilização* podem funcionar como “estruturas que facilitam a solidariedade e a comunicação quando (e se) decidem realizar juntos algum tipo de ação de protesto” (*Idem*, 1991, p.209). O próprio autor, no entanto, admite que poucas vezes tem-se aprofundado a análise desse aspecto.

Também dentro de outras abordagens essa questão emerge e se mostra relevante. Alberto Melucci, ainda que situado em vertente distinta de análise dos movimentos sociais, também aponta para a necessidade de se aprofundar o estudo sobre a relevância das redes sociais para a mobilização. Se, por um lado, afirma que “as *networks* constituem um nível intermediário fundamental para a compreensão dos processos de mobilização [onde] os indivíduos interagem, influenciam-se, negociam no interior dessas redes e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários para a ação” (Melucci, 2001, p.67), por outro, reconhece que “falta a análise de um nível intermediário que se refira aos processos, pelos quais os indivíduos avaliam e reconhecem aquilo que os identifica, decidindo agir em conjunto” (*Idem*, 2001, p.66).

No âmbito do Grupo de Estudos sobre Participação, Movimentos Sociais e Democracia (Unicamp), ao qual o presente projeto de pesquisa está vinculado, também tem sido percebido este desafio de se entender a relação entre movimento social e ação coletiva e essas redes e *contextos de micro-mobilização*. Em especial, a perspectiva de Mario Diani (Diani, 2003) de pensar o próprio movimento social como uma rede e como composto em sua essência por uma miríade de teias, relações e conexões tem sido muito esclarecedora e norteado a agenda de pesquisas do grupo. Na atual pesquisa do grupo sobre o movimento de moradia do centro de São Paulo tem-se perseguido a necessidade de olhar para o movimento como uma rede, especialmente considerando sua complexidade e multiplicidade nos repertórios de ação das organizações que o compõe:

O movimento de moradia é hoje o principal movimento popular da cidade de São Paulo. O movimento tem um grande poder de convocação e de mobilização, no geral articulando repertórios de ação variados – que vão das ocupações de prédios públicos à participação em espaços institucionais. São movimentos com atuação multiescalar e é comum em vários deles a atuação descentralizada nos territórios. São atores importantes que colocam na agenda pública o tema do direito a morar, articulado ao importante debate sobre o direito à cidade. (Tatagiba, 2009, p.18)

No caso da grande São Paulo, cidade onde está sendo desenvolvida a presente pesquisa, existem indicativos de que o padrão descrito anteriormente - a respeito da presença de redes religiosas e do alto grau de associativismo religioso - permanece, ainda que seja necessário observar que existem diferenças importantes entre as diversas denominações evangélicas (Almeida, 2004)², o que traz consequências importantes de serem observadas quando se está analisando fenômenos como o associativismo e a formação de valores com relação à participação em movimentos sociais e em ações coletivas.

Dessa forma, além da reflexão acerca dos processos envolvendo a relação entre redes sociais e ação coletiva, cumpre pensar, ainda, qual o papel que o associativismo religioso e as redes sociais evangélicas exercem nesse processo, e como esse elemento também se configura como importante desafio à luz da mudança na matriz religiosa brasileira sobre a qual se discorreu.

Nesse sentido, também a hipótese aqui é de que mesmo dentre as organizações que compõe o movimento de moradia de São Paulo há uma grande presença de pessoas que se declaram evangélicas. Um survey preliminar de realizado pelo Grupo de Estudos durante “Ato em Defesa da Moradia em São Paulo” apontou para uma grande participação de evangélicos dentro do movimento, proporcionalmente ligeiramente maior do que o encontrado na população brasileira ou paulistana. Analisar como se dá essa participação dentro do Movimento de Moradia de São Paulo também pode ser de grande valia para os estudos sobre padrões de participação via redes sociais e associativismo local.

Ora, a grande pergunta que então emerge, à luz de todo esse cenário, é: Como perceber a presença dos evangélicos na rede do movimento de moradia do Centro de São Paulo? Essa posição diz alguma coisa sobre padrões de relação entre os evangélicos com a política, ou sobre a inserção e atuação de evangélicos em movimentos sociais?

² O autor mostra, por exemplo, como há diferenças no padrão de distribuição geográfica entre os templos da Igreja Universal do Reino de Deus e os templos da Assembleia de Deus.

Cabe, em primeiro lugar, talvez, explicitar que a relação entre religião e política não deva ser lida a partir de um padrão único encontrado na história. O debate sobre essa relação (entre religião e política) é amplo e extenso, e data já de longo tempo. As formas de encontro (e desencontro) entre essas duas categorias, esferas de análise e do real, são múltiplas e se alteram e reconfiguram ao longo da história e de acordo com o contexto e as condições específicas de cada sociedade, cultura ou sistema político. Para Joanildo Burity, essas relações entre religião e política devem ser lidas a partir de uma chave da contingência histórica, considerando sua existência diversa e heterogênea. Ele afirma que

...os arranjos historicamente reconstituíveis ou em operação no presente de relação entre religião e política são muito mais impuros, variáveis e contingentes do que sua aparente vitalidade, solidez ou respeitabilidade hegemônicas revelam. Republicanismo, separação entre Igreja e Estado, laicidade, pluralismo, multiculturalismo, democracia e atores religiosos, quando abordados sociológica e historicamente, e não filosófica ou ideologicamente, cruzam-se de muitas maneiras, e parte do debate suscitado em torno deles envolve as múltiplas articulações possíveis, testadas na prática ou imaginadas, entre tais construtos sociológicos e históricos. (Burity, 2008, p. 97)

Ao analisar o cenário contemporâneo, o mesmo autor aponta para uma configuração atual do religioso que opera segundo uma lógica de “deslocamento de fronteiras e ressignificação ou redescrição de práticas.” O autor identifica nesse deslocamento um “efeito contraditório” marcante, no qual o “aprofundamento da experiência religiosa como algo pessoal, individual, íntimo se dá ao par com uma desprivatização ou publicização do religioso.” (Burity, 2001, s/p). Para Burity, mudanças históricas (especialmente após os anos 80) contribuíram para redefinir a fronteira público/privado de modo que realinhou a própria relação entre religião e política. Seu entendimento é o de que “a desconstrução da fronteira público/privado é o resultado de processos que em muitos casos não estavam previstos e nem mesmo tinham como objetivo alcançá-la”. Trata-se de processos onde “a resistência, a insatisfação ou a frustração/desilusão face às formas concretas assumidas pela modernização encontraram no espaço e na linguagem da religião uma de suas superfícies de inscrição” (Burity, 2001, s/p)

Logo, nesse contexto de *volta* e ressurgimento do aspecto religioso e - mais uma vez -, de reconfiguração do campo religioso no caso específico brasileiro, outro conjunto de perguntas emerge dessa discussão, e se coloca como central para essa pesquisa. Trata-se de pensar de que maneira a *variável religiosa* altera, interfere, cria ou desconstrói valores e posturas com relação, neste caso específico, à participação em ações coletivas e em

movimentos sociais, com relação a determinadas bandeiras que estas organizações levantam e com relação aos diversos campos ético-políticos que estão presentes, no caso específico, no movimento de moradia do centro de São Paulo.

Essa perspectiva de pensar a relação entre a formação de valores dos indivíduos e as suas posturas e atitudes frente à democracia - esta tanto entendida como um sistema cultural de valores, quanto entendida em termos de suas instituições (Przeworski, Cheibub, Limongi, 2003; Moisés, 2008) -, tem seu campo bastante consolidado dentro da Ciência Política, a partir principalmente da publicação de *The Civic Culture* por Almond e Verba. Burity (2002) explora algumas das possibilidades do porquê não terem Almond e Verba conferido especial atenção para os aspectos religiosos presentes nas culturas dos países onde lhe interessava captar valores e atitudes com relação à democracia. Ao mesmo tempo, é importante absorver a crítica de Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) a respeito dos riscos de, ao interpretar culturas nacionais ou sistemas culturais em sentido o amplo, atribuir à religião o eixo ordenador dos valores de tal sistema.

De todo modo, em diversos momentos da história parece ter havido alguma forma de confluência, ou alguns padrões de relação que mereceram atenção de estudiosos. Burity (2002), por exemplo, resgata a análise de Klansberg, para quem os valores para fundação da cidadania moderna, fundamentados basicamente em 4 posturas individuais imprescindíveis para o seu desenvolvimento, eram, à época, extremamente compatíveis com uma série de valores e costumes praticados por comunidades religiosas protestantes.

Assim, o desafio da investigação é perceber como nos diversos contextos isso se manifesta. Algumas questões que surgem nesse debate, e que devem nortear os esforços dessa pesquisa, são: de que forma as práticas e crenças religiosas afetam o comportamento, as posições políticas e a participação dos atores? De que forma pensar nessas articulações entre posições religiosas e preferências políticas? Esses atores buscam articular sua fé às suas concepções e/ou posições políticas? Ou, de forma diversa, sua filiação religiosa seria um elemento exclusivamente de suas preferências pessoais?

Uma observação importante nesse ínterim, é preciso estar atento para o fato de que nem sempre a filiação religiosa, ou mesmo a frequência ou assistência a atividades de determinada religião impliquem a reformulação de uma visão de mundo, ainda que parcial ou gradual - a literatura brasileira de sociologia da religião destaca esse aspecto especialmente

com respeito aos católicos, muitos deles não praticantes ou praticantes de uma fé que poderia ser considerada sincrética a depender do ponto de vista da análise (Almeida, 2004, p. 19).

Outro aspecto muito importante que a literatura de movimentos sociais tem buscado privilegiar é justamente o elemento identitário na formação de um movimento social (Melucci, 2003), em especial a dimensão da identidade coletiva que mobiliza e dá certa unidade (ainda que em princípio meramente analítica) ao próprio conceito de movimento social. Novamente, no âmbito do Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais, essa tem sido uma tônica presente em termos de agenda de pesquisa. Em que pese o papel da religião na composição e conformação de identidades, entende-se que pode ser de grande valia explorar mais a fundo essa complexa sobreposição de processos identitários, associativos e relacionais. Burity também aponta para a necessidade de

compreender em que medida os sujeitos estão identificados com suas crenças e lealdades comunitário-religiosas. Porque esta identificação não se amolda a posturas utilitaristas ou instrumentalistas, as demandas por reconhecimento, reparação, respeito e justiça - e o repertório de ações através do qual elas se expressam ou são encaminhada - estão ligadas ao 'conteúdo' das crenças e dos compromissos institucionais. Nas lutas político-culturais de hoje, não basta lidar com os efeitos da ação coletiva, pois o seu como e o quê fazem parte integral do contencioso que leva à mobilização." (Burity, 2002, p.45)

Essa discussão a respeito da formação de identidades dentro do contexto da ação coletiva nos traz como perspectiva uma abordagem que, para buscas apreender o conjunto de relações entre a política e a cultura, traz no cerne de suas elaborações uma preocupação com os efeitos democratizantes (ou anti-democráticos) da formação de determinadas culturas políticas (Alvarez, Dagnino, Escobar, 1998). Nessa discussão, torna-se muito relevante a reflexão acerca do papel que os processos de sociabilização exercem essa formação da cultura política democrática, conforme observa Burity:

Um aspecto fundamental da teoria clássica da cultura política é a circunscrição do processo de formação de valores e atitudes políticas ao domínio privado. Neste campo, a referência fundamental é a socialização. Nisto, há vários pontos em que os pressupostos de autores que analisam especificamente o cenário religioso (...) tocam a discussão que Almond e Verba fazem do impacto que experiências de socialização não-políticas teriam sobre a política. (Burity, 2002, p.45)

À guisa de conclusão: entendendo o papel fundamental que a socialização exerce quando se tem como horizonte normativo a formação de uma cultura política democrática, torna-se especialmente intrigante a pesquisa de buscar apreender quais valores e atitudes vão sendo formados em conjunto com esse fenômeno demográfico e sociológico que é o crescimento evangélico no Brasil, especialmente em contextos de pobreza e carência.

Ademais, entender de que forma esses atores se inserem em mobilizações sócio-políticas do cotidiano (tal como será analisado no caso do Movimento de Moradia do Centro de São Paulo), e buscar estabelecer relações entre sua posição nas *redes* desses movimentos, assim como buscar entender de que forma o elemento identitário opera na relação entre religião e política para esses indivíduos, são objetivos instigantes que norteiam, também, esse empreendimento investigatório.

Algumas hipóteses que estão no horizonte desta pesquisa são, portanto:

- a) Analisando a rede de organizações do movimento de moradia do Centro de São Paulo, em especial considerando as organizações mais identificadas no campo ético-político de esquerda, as organizações e os indivíduos evangélicos tendem a estar mais ‘distantes’ do ‘núcleo central’ do movimento, ou das organizações que têm papel mais ativo e propositivo na organização da ação coletiva.
- b) Os evangélicos tendem a participar proporcionalmente menos de movimentos sociais, tendo em vista que em função de seu pertencimento a redes de sociabilidade, por onde circulam recursos materiais, e por haver um certo padrão de solidariedade entre comungantes da mesma fé, veem-se menos motivados a participar em ações coletivas.
- c) Ainda que proporcionalmente participem menos, aqueles evangélicos que estiverem inseridos na rede do movimento tenderão a ter um grau maior de conectividade entre diversos atores.
- d) Padrão de associativismo religioso no Movimento de Moradia do Centro de São Paulo pode vir a ser baixo, ao contrário do que vêm apontando pesquisas e estudos acerca da relação entre crescimento evangélico e pobreza em centros urbanos. Isso pode ocorrer em função do fato de que, por se tratar de um movimento que se organiza territorialmente no Centro da cidade de São Paulo, o grau de filiação religiosa por parte dos evangélicos seja menor que a média na cidade, supondo que estes tendem a estar territorialmente localizados mais nas periferias da cidade.

Muitas dessas questões parecem permanecer abertas, mas isso não significa que não possa haver um trajeto investigativo a ser percorrido com vistas a melhor compreender algumas dessas relações. Parte destas perguntas e hipóteses constituem de fato em uma proposta de agenda de pesquisa a ser desenvolvida, e espera-se ter sido possível esboçar algumas alternativas de se acercar desse tema. O propósito geral deste artigo foi, portanto, o

de apontar caminhos de como enquadrar essa relação entre religião, política e movimentos sociais. Por ser uma pesquisa em andamento, possivelmente muitas conclusões e hipóteses serão potencialmente revisadas. Interessante, no entanto, tem sido esse processo de construção do objeto, de perceber a relevância do fenômeno, do levantamento de interrogações, e o desejo tanto de enquadrar isso, em termos teóricos e em diálogo com a literatura sobre movimentos sociais, quanto de apreender, em termos metodológicos e de técnicas de pesquisa, esse objeto e essa relação, que não está necessariamente dada e nem é tão evidente.

Assim, e para concluir, acredita-se que os desdobramentos de um aprofundamento dessa análise pode trazer ricos benefícios para a discussão que se ensaiou aqui. Para Paula Montero, por exemplo, a emergência dos evangélicos no campo religioso brasileiro recente e seu constatado poder de mobilização são fenômenos cujas potencialidades ainda precisam ser melhor exploradas. A autora afirma que “não resta dúvida de que, pelo menos entre as camadas mais pobres, emerge uma forma de conceber a inclusão e a “boa vida” cuja influência na esfera pública ainda não foi corretamente avaliada.” (Montero, 2006, p. 49). Burity pensa de forma semelhante, ao entender que “a contínua co-participação de atores sociais portadores de diferentes concepções do bem nos espaços públicos pode ter um efeito de inclusão e co-responsabilização pelos destinos da comunidade política, e não somente de enfraquecimento e fragmentação”. Há, portanto, indícios de que essa emergência do religioso e sua aparição na esfera pública e profunda inserção nas práticas culturais cotidianas, juntamente com os inúmeros desafios que apresenta à construção democrática, também representa um campo e um conjunto de variáveis novas (tanto em termos reais quanto analíticos) cujas potencialidades ainda deverão ser melhor analisadas e, quiçá, exploradas como possibilidade política e democrática.

Bibliografia

ALMEIDA, Ronaldo R. M. Religião na Metrópole Paulista. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 19, Nº 56, 2004.

ALMEIDA, Ronaldo e D'ANDREA, Tiarajú. Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana. Revista Novos Estudos, nº 68. São Paulo, 2004.

ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little, Brown & Co, 1965

ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. Cultures of Politics/politics of culture: re-visioning latin american social movements. Boulder/Oxford: Westview, 1998

BURITY, Joanildo. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. In: Rever, 4, 2001. Disponível em http://pucsp.br/rever/4/t_burity.htm. Acesso em junho de 2010.

BURITY, Joanildo A. Mudança cultural, mudança religiosa e mudança política: para onde caminhamos? In: BURITY, Joanildo (Org). Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, no. 2, 2008.

CACCIA BAVA, Sílvio. As Ocupações de Terra e a Igreja em São Paulo: 1981-1985. Cadernos CEDEC, nº 13, São Paulo, 1985.

DIANI, Mario. Networks and social movements: a research programme. In: DIANI, M., McADAM, D. (eds) Social movements and networks. Relational approaches to collective action. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003, p.299-319.

DOIMO, Ana Maria. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (org.). A participação em São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FERNANDES, Rubem César et al. Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na Igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FRESTON, Paul Charles. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Sociologia), Unicamp, Campinas, 1993.

LAVALLE, Adrián Gurza e CASTELLO, Graziella. *Associativismo religioso e inclusão socioeconômica*. Revista *Novos Estudos*, nº 68. São Paulo: Cebrap, 2004.

LAVALLE, Adrián Gurza, CASTELLO, Graziela e BICHIR, Renata Mirandola. *Os Bastidores da Sociedade Civil - Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Cívicas*. São Paulo: Cebrap, 2006.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madri: Istmo, 1991.

MELUCCI, Alberto. *The process of collective identity*. In: _____. *Challenging codes. Collective action in the information age*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1996, p. 68-88.

MOISES, José Alvaro. *Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da Experiência Brasileira*. Revista *Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, Nº 66, fevereiro, 2008.

MONTERO, Paula. *Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil*.” *Novos Estudos CEBRAP*. No 74:47-65. São Paulo: Cebrap, 2006.

PRZEWORSKI, Adam, CHEIBUB, José Antônio, LIMONGI, Fernando. *Democracia e Cultura: uma visão não culturalista*. Revista *Lua Nova*, Nº 58, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TATAGIBA, Luciana. “Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente: Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa”. Capítulo a ser publicado no livro *Interrogating the Civil Society Agenda: Social Movements, Civil Society, and Democratic Innovation*. Editado por Sonia E. Alvarez, Gianpaolo Baiocchi, Agustín Laó-Montes, Jeffrey W. Rubin, and Millie Thayer. No prelo.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; TATAGIBA, Luciana. *Movimentos Sociais e sistema político: os desafios da participação*. São Paulo: Instituto Pólis / PUC-SP, 2005. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 25).

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.